



Diásporas Africanas: Para uma História Global¹

Paul Tiyambe Zeleza²

Tradução: Ana Claudia Lopes³ e Iberê Araujo da Conceição⁴

Resumo: O artigo interroga o desenvolvimento dos estudos da diáspora africana. Baseado em um projeto de pesquisa global que busca mapear as dispersões de povos africanos em todas as grandes regiões do mundo, este texto compara o processo de diáspora e examina os padrões de compromissos diáspóricos, e apresenta uma vigorosa crítica ao modelo afro-atlântico hegemônico nos estudos da diáspora africana. O artigo se concentra em dois desafios cruciais que os estudiosos das diásporas devem enfrentar: os termos de análises adotados e os problemas de mapeamento histórico.

Palavras-chaves: diáspora africana; história global; modelo afro-atlântico.

-
- 1 Publicado originalmente em African Diasporas: Toward a Global History. In: *African Studies Review*, v. 53, n. 1, abr. 2010, pp. 01-19.
 - 2 Vice-Chanceler da United States International University-Africa em Nairobi, Quênia. Antes de assumir o cargo em 2016, foi vice-presidente de Assuntos Acadêmicos da Quinnipiac University em Connecticut, Estados Unidos. Anteriormente, foi decano do Bellarmine College of Liberal Arts e professor da cátedra de História e Estudos Americanos na Loyola Marymount University. Também ocupou a cátedra de Liberal Arts and Sciences e foi chefe do Departamento de Estudos Afro-Americanos na Universidade de Illinois, em Chicago, lecionou na Universidade Estadual da Pensilvânia e foi Diretor do Centro de Estudos Africanos e Professor de História e Estudos Africanos na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign. Desde 2006, é Professor Honorário da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul.
 - 3 Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – lopesanaclau@gmail.com
 - 4 Membro do grupo de pesquisa Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFSCar) – São Carlos – Brasil- iberearaujo@gmail.com

African Diasporas: Toward a Global History

Abstract: *The paper interrogates the development of studies of the African diaspora. Based on a global research project that seeks to map the dispersions of African peoples in all major regions of the world, compare the diasporization process and examine the patterns of diasporic commitments, the text presents a vigorous criticism of the hegemonic Afro-Atlantic model in studies from the African diaspora. The article focuses on two crucial challenges that diaspora scholars must face: the terms of analysis adopted and the problems of historical mapping.*

Keywords: *African diaspora; global history; Afro-Atlantic model.*

Ao longo dos últimos cinco anos, viajei para diferentes partes do mundo à procura de diásporas para o projeto intitulado “Africa and Its Diasporas: Dispersals and Linkages”, o qual foi generosamente financiado pela Ford Foundation. O projeto me levou para dezesseis países: quatro deles na América do Sul e do Norte (Brasil, Venezuela, México e Canadá); quatro no Caribe (Trinidad, Haiti, Cuba e nas Bahamas); quatro na Europa (Alemanha, Grã-Bretanha, França e Espanha); e quatro na Ásia (Índia, Catar, Dubai e Omã). É isso que gostaria de compartilhar com vocês nesta apresentação: minha busca por pessoas de ascendência africana e suas histórias, e meu esforço em decifrar as tramas que as unem e as distinguem umas das outras.

Tal como acontece com a maior parte de nossos projetos intelectuais, essa pesquisa foi inspirada em minha biografia pessoal e profissional, em minhas buscas paradigmáticas e políticas, nas histórias migratórias e diaspóricas de minha família, em minhas propensões disciplinares e interdisciplinares e nas minhas paixões pan-africanas e internacionalistas. A faísca veio em 2002, quando encontrei Tade Aina, um grande amigo, em Nairobi. Ele estava trabalhando para a Ford Foundation, que havia financiado uma visita de Sidis, os afro-indianos, à África oriental, e conversamos sobre quão maravilhoso seria realizar um projeto que comparasse as diásporas africanas dos mundos do Atlântico e do Índico. Fiquei intrigado. Três anos depois, eu estava pronto para embarcar neste projeto.

Procurei fazer três coisas: mapear as dispersões de povos africanos na Ásia, na Europa e nas Américas; comparar os processos de formação diaspórica dentro e entre essas regiões; e examinar o vai e vem de ligações e intercâmbios – demográficos, culturais, econômicos, políticos, ideológicos e iconográficos – entre essas diásporas e a África. Acompanhar as partidas, as dispersões e os destinos globais de povos africanos significou rastrear suas viagens materiais e discursivas; isto é, simultaneamente esquadriñar os complexos e confusos processos

históricos subjacentes a esses movimentos e formações, deslindar os quadros analíticos que informam nossas análises e identificar os interesses políticos que amparam nossos projetos de pesquisa sobre esse tema.

Como um estudioso da história das ideias e da produção de conhecimento, eu sabia muito bem que o campo dos estudos sobre a diáspora africana não é enquadrado apenas pelas localizações disciplinares e interdisciplinares que ocupamos enquanto pesquisadores, para não mencionar nossas indelévels inscrições sociais; mas, como todo campo de investigação intelectual, este também é mediado e marcado pelas demandas inegociáveis da geografia histórica e das hegemonias e hierarquias presentes na divisão internacional da produção intelectual. Essa é uma das razões pelas quais procurei visitar diferentes países e regiões que constituem o mundo da diáspora africana – para aprender sobre discursos e histórias regionais, nacionais e locais. A diáspora é um mundo de uma diversidade desconcertante, mas há também complexos fios de conexões, convergências e aspectos em comum.

Nosso desafio, assim me parece, é o de resistir tanto à tirania de modelos hegemônicos como ao fascínio do local, além de desenvolver modelos analíticos que sejam historicamente fundamentados e teoricamente instigantes – que sejam sensíveis a experiências locais sem perder de vista as forças globais que as estruturam e as intersecções multifacetadas entre a história africana e a história mundial. Eu poderia falar horas sobre os encontros, experiências, conversas, observações e inquietações que tive durante minhas visitas aos dezesseis países, mas, obviamente, não há tempo para isso. Neste artigo, gostaria de compartilhar com vocês apenas dois dos muitos desafios que enfrentei ao refletir sobre diásporas africanas por meio de uma perspectiva global. O primeiro desafio diz respeito aos termos de análise que adotamos; o segundo, aos problemas do mapeamento histórico.

Desafios Conceituais

Ao longo das últimas três décadas, o crescimento dos estudos sobre a diáspora africana como um campo de pesquisa acadêmica tem sido nada menos do que extraordinário. Esse campo se coaduna de maneira complexa a inúmeros desenvolvimentos dentro e fora da academia. As dinâmicas intelectuais incluem o crescimento dos próprios estudos africanos, dos estudos sobre minorias e grupos étnicos e do movimento dos *Africana studies*.⁵ Esse crescimento também pode ser atribuído ao surgimento dos estudos culturais, dos

5 N.T.: Trata-se de um campo de estudos multidisciplinar que se preocupa com a compreensão das experiências de africanos(as) e seus descendentes na diáspora. Esse campo de estudos ganhou força com a entrada de jovens estudantes negros(as) nas universidades dos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970.

estudos pós-coloniais e dos estudos sobre a globalização, que coletivamente reformulam questões relacionadas a cultura, identidade e transnacionalismo nos estudos africanos, os quais anteriormente foram dominados por perspectivas estruturalistas inspiradas no marxismo e nos paradigmas da dependência sobrepostas às antigas noções eurocêntricas da eterna marginalidade africana – a estranha ficção de que o continente africano era irremediavelmente irrelevante e esplendorosamente isolado do resto do mundo⁶.

Parte do apelo do paradigma da diáspora é reconectar a África com os povos dispersos ao redor do mundo e globalizar o continente africano, reposicionando-o na história mundial. A conexão afro-asiática interrompe as narrativas eurocêntricas da história global ao expor interações transoceânicas e transcontinentais independentes entre a África e a Ásia. Aqueles e aquelas que acreditam no diálogo afro-asiático de Bandung^{7**} até esperam que as histórias entremeadas das diásporas africanas na Ásia e das diásporas asiáticas na África possam ajudar a salvar da comercialização crassa os circuitos cada vez mais densos dos compromissos afro-asiáticos e a reacender as solidariedades mais progressistas do apogeu da descolonização e da militância do Terceiro Mundo⁸.

Junto a esses imperativos intelectuais há também as dinâmicas institucionais – a criação de centros, institutos ou programas de *Africana studies* e de estudos da diáspora, assim como a emergência de periódicos, séries editoriais, e financiamentos de pesquisas sobre o tema. Como em qualquer campo de estudo, uma vez construída a arquitetura institucional, pesquisas e publicações tendem a acompanhar, discursos e debates são produzidos e carreiras são feitas e desfeitas. Ao longo dos últimos cinco anos, assisti à explosão da literatura sobre diásporas africanas, com dúzias de livros e centenas de artigos publicados anualmente. Acompanhar essa literatura tornou-se uma tarefa cada vez mais impossível para qualquer um.

As dinâmicas intelectuais e institucionais que promovem os estudos da diáspora têm sido facilitadas e reforçadas por imperativos ideológicos, por

6 Para um levantamento exaustivo sobre o desenvolvimento dos estudos africanos nas principais disciplinas e interdisciplinas nas ciências sociais e humanas, assim como em várias formações teóricas em diferentes países e regiões do mundo, ver Zeleza (2007a, 2007b). Para uma visão geral sobre os estudos da diáspora africana que informaram meu projeto, ver Zeleza (2005).

7 ** A Conferência de Bandung reuniu representantes de 29 países asiáticos e africanos na ilha de Java (Indonésia) em 1955 e teve como objetivo criar formas de cooperação econômica e cultural entre a Ásia e a África, criando desta forma alianças contra as forças colonialistas e neocolonialistas por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

8 Esse sentimento informa claramente a coletânea organizada por Heike Raphael-Hernandez e Shannon Sheen (2006) e a obra de Vijay Prashad (2007), que busca reacender e reconstruir o espírito de Bandung para o século XXI.

investimentos de Estados e de vários públicos nas comunidades diaspóricas e por discursos populares das e sobre as populações, as perspectivas, os problemas e as possibilidades da diáspora. A descoberta feita por Estados africanos e agências de desenvolvimento de novas diásporas africanas como um ativo de desenvolvimento, como principal doador do continente – responsável por algo entre 50 bilhões e 150 bilhões de dólares no fluxo de remessas, de acordo com diferentes estimativas –, é saudada por uma consciência cada vez maior por parte das próprias diásporas e sua capacidade de agir como poderosas forças transnacionais⁹.

Tal descoberta está mais bem resumida na designação feita pela União Africana da diáspora como a sexta região da África, embora as implicações dessa designação ainda não estejam plenamente explicitadas. Nesse ínterim, muitas comunidades da diáspora tornaram-se mais veementes em sua autorrepresentação, em suas demandas por diferença e inclusão. Isso reflete, por um lado, a globalização de identidades pan-étnicas e de formações raciais, tanto as velhas como as novas, e, por outro lado, o crescimento do multiculturalismo burocrático. O papel de fóruns internacionais não pode ser subestimado. Nesse contexto, podemos mencionar os efeitos da Conferência Mundial contra o Racismo, promovida pela ONU em 2001, na mobilização das diásporas africanas do Brasil à Índia.

Tem ficado cada vez mais claro para mim que, conforme o campo de estudos cresce, a necessidade de esclarecer os termos do discurso e da análise é mais urgente do que nunca. A primeira questão diz respeito às hegemonias nos estudos sobre a diáspora africana: onde, quando, o que, por que e quem é privilegiado nesse campo. A segunda concerne à necessidade de esclarecer os conceitos chave que usamos para estruturar nossos enquadramentos metodológicos e teóricos. O esclarecimento conceitual exige a especificação de nossos interesses intelectuais e ideológicos, a identificação de influências disciplinares e interdisciplinares, e a problematização de nossas metáforas analíticas e analogias interpretativas.

Críticas à predominância do modelo afro-atlântico e à afro-americanização da Afro-Europa e da Afro-Ásia são comuns entre estudiosos das diásporas africanas na Ásia e na Europa. É indisputável que, nos estudos da diáspora africana, há um predomínio do modelo atlântico, o qual se concentra nas movimentações da África ocidental às Américas, ocorridas por meio das migrações forçadas do tráfico transatlântico de escravizados e escravizadas, e se ocupa da construção de identidades “negras”. Mas a hegemonia afro-americana nos estudos da diáspora, tanto nas Américas como em sua exportação para outras regiões do

9 Investigo as migrações globais africanas contemporâneas detalhadamente em Zeleza (2008).

mundo, não é simplesmente uma questão do que poderia ser chamado, parafraseando o termo de Lewis Gordon (1995), de má-fé epistemológica. A hegemonia ou as ambições universalizantes do modelo atlântico, em parte, baseiam-se no puro e simples tamanho das diásporas nas Américas, cujo número atual orbita em torno de 160 milhões de pessoas (mais de 100 milhões na América do Sul, 40 milhões na América do Norte, e 22 milhões no Caribe).

Tal hegemonia do modelo atlântico também está inserida na própria hegemonia cultural e econômica dos Estados Unidos. Esse foi um debate acalorado nas conferências internacionais da diáspora, como observam Carlene Clark Hine et al. (2009) e Carole Boyce Davies (2008) em recentes publicações, em *Black Europe and the African Diaspora* e nos três volumes da *Encyclopedia of the African Diaspora*, respectivamente. Isso também ficou evidente na First International Conference on the African Diaspora in Asia, realizada em Goa, Índia, em janeiro de 2006 (Prasad e Angenot, 2008).

Durante minhas viagens, com frequência eu tinha que afastar as suspeitas de que estaria à serviço da propagação de concepções exclusivamente americanas sobre as diásporas africanas, e concordo com Hine et al. e Davis que essas críticas e suspeitas não podem ser descartadas. Precisamos enfrentar as assimetrias na produção do conhecimento sobre as diásporas africanas em diferentes regiões do mundo, renunciar à imposição de modelos derivados de experiências afro-americanas específicas e compreender o quanto podemos ganhar com perspectivas e historiografias verdadeiramente comparativas.

Essa é a fonte de meu argumento de que precisamos *desatlantizar* e *desamericanizar* as histórias das diásporas africanas. Para que o campo cresça, é crucial que os modelos afro-atlânticos e afro-americanos de estudos da diáspora africana sejam provincializados, e não universalizados – como é a tendência entre muitos de nós nas universidades estadunidenses e nas academias anglófonas, para quem o mundo além de nossas fronteiras só pode consistir em simulacros de nós mesmos, assim como para aqueles em outros lugares que, ansiosos para sinalizar sua familiaridade cosmopolita com os produtos intelectuais do maior sistema acadêmico do mundo, produzem histórias mimetizadas.

Gostaria de comentar dois desafios epistêmicos com os quais nos deparamos, ambos enraizados na própria expressão “diáspora africana”. Vamos começar com o primeiro termo. Como definimos *diáspora* em relação a processos, espacialidades e periodizações? Diásporas emergem de processos que envolvem movimento, isto é, migração de um “daqui” para um “lá”, de uma terra natal, real ou imaginada, para uma terra anfitriã, amada ou odiada. Mas a relação entre dispersão e diasporização é complicada, pois pessoas dispersadas podem

“retornar” ou, por meio de assimilação, “desaparecer”. Em resumo, diásporas nascem, desenvolvem-se e podem morrer, e podem até mesmo reencarnar ou ressuscitar em gerações futuras. Movimentos, no que concerne à sua longevidade, podem ser breves, circulatórios e permanentes, geracionais e transgeracionais. Certamente, nem todo movimento para fora de uma comunidade, país ou continente pode ser chamado de diaspórico.

Igualmente incômoda é a questão da escala espacial das formações da diáspora, das fronteiras que definem o processo de diásporização – essas fronteiras devem ser consideradas principalmente em termos transétnicos, transnacionais ou transcontinentais? Hoje em dia, nos Estados Unidos, pode-se falar sobre alguém da África oriental como membro simultâneo das diásporas luu, queniana, africana oriental e africana, tal como muitas pessoas se referem ao Presidente Obama. Pode-se também falar sobre as diásporas luu, queniana e africana oriental na África do Sul, mas seria um oxímoro se referir a essas pessoas como diáspora africana, já que Quênia e África do Sul são países africanos.

Uma vez que todos os quatro referentes socioespaciais – referentes étnicos, nacionais, regionais e continentais –, concebidos como personificações de identidades sociais, são constructos históricos, levanta-se a questão da periodização: quão longe podemos recuar certas identidades da diáspora? O fato de que os Estados africanos são invenções coloniais recentes que não existiam há 150 anos, com as notáveis exceções de Egito, Marrocos e Etiópia, talvez explique por que as diásporas afro-atlânticas que emergiram de movimentos anteriores, e que, de modo geral, não vieram desses países, são simplesmente chamadas de “africanas” ou são identificadas por seus nomes étnicos ou regionais. Bons exemplos incluem *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*, de Toyin Falola e Matt Child (2004), e *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of America*, de Linda M. Heywood e John Thornton (2007). As noções de diásporas “asiática” ou “europeia” não são tão disseminadas, pois muitas vezes são superadas por identidades nacionais – a diáspora irlandesa, a diáspora italiana, a diáspora indiana, a diáspora chinesa, e assim por diante. No caso da África, isso têm sido cada vez mais verdadeiro para as “novas” diásporas, cujas identidades nacionais ou competem com ou subsumem a identidade continental.¹⁰

O outro desafio conceitual refere-se ao significado do segundo termo no par “diáspora africana”. O que é “África” e quem são os “africanos” e “africanas” que constituem, quando dispersos e restabelecidos, as “diásporas africanas”? Como

10 Exemplos desse tipo de trabalho incluem aqueles sobre as diásporas nigeriana (Ogbaa, 2003), ganense (Arthur, 2008) e de Serra Leoa (D’Alisera, 2004).

todos sabemos, a ideia de “África” é extremamente complicada, com múltiplas genealogias e significados. Identidades, culturas e povos africanos, frequentemente são mapeados e diferenciados em termos raciais, geográficos, históricos ou ideológicos. Ironicamente, todas as sete fontes do termo “África” originalmente referem-se a locais no norte do continente, mas, hoje, o termo é quase um sinônimo de África subsaariana.¹¹

Pode-se argumentar que “África” é um lugar material e imaginado, uma geografia histórica, a constelação de lugares e pessoas inseridas em seu âmago conceitual. Trata-se de uma invenção, tanto quanto a noção de “Ásia” ou “Europa” – que, geograficamente, são um só continente – ou quanto os constructos ainda mais burlescos do “Ocidente” e do “Oriente” – e outros espaços civilizacionais desse tipo. Mas “África” tem uma realidade física, política, psíquica e paradigmática para as pessoas que vivem dentro ou são moldadas por essas fronteiras cartográficas e culturais e que estão sujeitas a mudanças espaciais e transformações históricas. Eu diria que a “África” é mais “africana” hoje do que já foi um dia, pois é cada vez mais um constructo produzido e consumido em todo o continente – dos esportes à televisão e à política, dos Jogos Pan-Africanos ao *Big Brother África* e à União Africana.

Isso implica que nossas concepções de “diásporas africanas” dependem de modo decisivo da maneira como definimos esses termos, e essas definições, por sua vez, têm contextos nacionais e transnacionais que as enquadram. Isso é apenas para enfatizar a obviedade de que as ideias hegemônicas dependem das hegemonias do poder material. É por essa razão que os modelos afro-atlânticos e afro-americanos são dominantes, mas é por essa mesma razão que esses modelos não deveriam ser aplicados sem questionamento a outras regiões do mundo, a despeito de quão acuradamente capturem e expliquem as experiências e lutas históricas do mundo afro-atlântico e dos Estados Unidos. Mesmo internamente, como todos sabemos, esses modelos não estão fundidos a grade de ferro da rigidez metodológica e teórica. Mas, como costuma acontecer com as exportações discursivas, esses modelos adquirem a presunção de uma homogeneidade sufocante ao cruzar o Atlântico e chegar a terras estrangeiras.

O modelo atlântico é problemático quando aplicado a outros períodos e regiões do mundo, em parte porque tem como premissa a concepção de “África” entendida como “África subsaariana”, um constructo racializado que assombrou os estudos africanos na Euro-América ao longo dos últimos séculos e que

11 A invenção e a ideia de África são interrogadas nas obras seminais de V. Y. Mudimbe (1988, 1994). Eu examino longamente a questão em Zeleza (2006).

alguns estudiosos e estudiosas africanos têm procurado de todas as maneiras desconstruir. Isso reflete o predomínio do modelo atlântico na academia euro-americana, assim como o da raça no campo dos estudos africanos, em geral, e no campo da diáspora africana, em particular. Não é de se estranhar que “negro” tenha se tornado o tropo paradigmático nos estudos da diáspora afro-atlântica, o pivô em torno do qual os discursos sobre identidades, subjetividades, transnacionalismos, compromissos ou diálogos da diáspora “africana” são enquadrados e debatidos.

Isso fica bastante evidente em diversos estudos recentes. Gostaria de mencionar três, todos publicados em 2009. O primeiro é *The African Diaspora: A History Through Culture*, trabalho de Patrick Manning, que, apesar de suas ambições globais, ainda permanece preso a concepções cartográficas eurocêntricas sobre a África entendida como África subsaariana e a preocupações americanas com a diáspora negra. Os outros dois estudos abertamente substituem “África” por “negro”. Os dois volumes da *Encyclopedia of Blacks in European History and Culture* (Martone, 2009) centram-se nas experiências históricas de populações da África subsaariana na Europa, salvo quando não é possível resistir a um posicionamento afrocêntrico e o Norte da África é furtivamente introduzido. Em *Black Europe and the African Diaspora*, de Hine et al., os autores, majoritariamente sediados nos Estados Unidos, têm uma enorme dificuldade em explicar o que querem dizer com a expressão “Europa negra” [*Black Europe*], e, além disso, sua ideia de diáspora africana na Europa exclui africanos e africanas do Norte, que certamente têm os mesmos direitos a uma origem e identidade africanas que os descendentes de diásporas das Américas que se transferiram para a Europa ou os que são filhos e filhas de migrantes da África subsaariana. De fato, há uma proliferação de estudos sobre a “Europa negra” que tomam como modelo principal a “América negra” [*Black America*] e permanecem presos aos discursos e imaginários racializados dos estudos americanos. Ironicamente, a “Europa negra” continua a ser inculpida já muito depois que “negros americanos” [*Black Americans*] se tornaram afro-americanos [*African Americans*].

A fusão das formações da diáspora africana com as histórias e geografias da escravidão atlântica desconsidera as histórias de outras diásporas africanas nas Américas, tanto durante como depois do período do tráfico transatlântico de escravizados e escravizadas. Para começar, não se problematiza a própria identidade dos povos ibéricos – espanhóis e portugueses – que iniciaram a conquista das Américas. Dentre esses povos havia populações de ascendência africana que há séculos residiam na Península Ibérica. Em minha viagem para a Espanha no último verão, um acadêmico e ativista afro-espanhol insistiu que

a identidade espanhola só se desafricanizou completamente depois da inclusão do país no projeto europeu (Toasije, 2009). A piada de que a África começava nos Pirineus articula a herança histórica mista que Espanha e Portugal receberam dos mouros (ou, de acordo com alguns, de muçulmanos, árabes ou berberes – as designações são por si só bastante reveladoras), que conquistaram e controlaram extensas áreas da Península entre os anos 711 e 1492. Para Anouar Majid (2000: 77), um estudioso marroquino, Al Andalus poderia ser considerada “essencialmente um reino africano na Europa”. Alguns trabalhos recentes sobre migrações de moriscos, ladinos e até de caboverdianos para as Américas são bastante pertinentes a este respeito (Garafolo, no *prelo*; Molina e López, 2001).

Os achados sobre as migrações afro-ibéricas livres para as Américas servem para qualificar, mas, claro, não para deslocar, a centralidade das migrações forçadas da África ocidental para as Américas. Entretanto, em suas ambições universalizantes, o modelo afro-atlântico rende-se facilmente a uma concepção eurocêntrica de África, segundo a qual a “África propriamente dita” de Hegel (1956: 91) implica a África subsaariana e as diásporas africanas são exclusivamente “negras”, um paradigma que leva a uma preocupação com a formação de identidades raciais negras entre as diásporas africanas. Esse modelo também ignora a formação de “novas” diásporas africanas fora das migrações voluntárias desde a abolição da escravidão e, especialmente, desde a descolonização.

Ao longo das últimas duas décadas, chegaram mais migrantes africanos e africanas aos Estados Unidos do que durante o tráfico transatlântico. Como mostra a recente e extensa coletânea organizada por Okpewho e Nkiru Nzegwu, *The New African Diaspora* (2009), as mobilidades, experiências, identidades e diálogos dessas diásporas diferem e se interseccionam de forma complexa e contraditória com as mobilidades, experiências, identidades e diálogos das diásporas afro-atlânticas históricas.¹² A própria existência de espaços interculturais e intertextuais em que essas diásporas se encontram garante complexas negociações e performances de identidades raciais, nacionais, étnicas e de gênero que ainda não estão fixadas na diáspora nem foram importadas da África. E sabemos que as identidades das diásporas afro-atlânticas históricas não são congeladas; elas são continuamente reconstruídas e reformuladas pelas mudanças nos contextos econômicos, sociais, culturais e políticos e por meio da

12 Infelizmente, este livro permanece preso ao velho paradigma subsaariano em que o norte da África e os norte-africanos estão flagrantemente ausentes. No ensaio para o volume Zeleza (2009), no qual exploro os compromissos complexos e, às vezes, tensos entre os diferentes segmentos das diásporas africanas, explicitamente incluo os norte-africanos. Konadu-Agyemang et al. (2006) faz um trabalho melhor a esse respeito, pois incorpora dados sobre migração do norte da África em vários dos capítulos.

interação dialógica e dialética de processos materiais e discursivos, estruturas mutáveis de poder e agências de resistência.

Contudo, mesmo para o caso das diásporas afro-atlânticas históricas, alguns estudiosos se opõem à regionalização do modelo afro-americano – na qual a experiência, os modos de racialização e a formação de identidade dos Estados Unidos são generalizados para o resto das Américas, a despeito de a Afro-América Latina, que é mais do que duas vezes maior que a Afro-América do Norte, ter suas próprias e características histórias. *Atlântico Negro*, a influente obra de Paul Gilroy (1993), que ignora tanto a África como a Afro-América Latina, exemplifica essa presunção analítica anglófona. Devo, porém, não deixar de acrescentar que, nos últimos anos, muitos estudiosos estadunidenses da diáspora produziram excelentes trabalhos comparativos sobre as histórias e as antropologias da diáspora afro-atlântica. Os trabalhos de Sheila Walker (2001), George Andrews (2004) e Kevin Yelvington (2006) vêm prontamente à lembrança.

Mapeamentos Históricos

O modelo afro-atlântico é claramente inadequado quando aplicado às histórias muito mais antigas e mais complicadas das interações africanas com, e nas diásporas de, Europa e Ásia. Fico impressionado com a quantidade de energia intelectual despendida na tentativa de restringir as histórias das movimentações dos africanos para a Europa e a Ásia, e de fazer caber no modelo atlântico a formação das diásporas africanas nessas regiões ao se entender essa movimentação sobretudo em termos de escravidão e de africanos subsaarianos. “África” e “africanos”, claro, incluem “negros”, mas não se limitam a eles. Além disso, antes do século XX, muitos africanos e africanas chegaram à Europa e à Ásia como pessoas escravizadas, mas nem todos, talvez nem mesmo a maioria, e, ademais, suas identidades nem sempre foram moldadas por regimes de racialização ao estilo americano. Outras inscrições sociais e ideologias, como a religião, por vezes desempenharam um papel mais preponderante.

Os estudos sistemáticos sobre as diásporas africanas na Europa e na Ásia são um fenômeno recente. Ambos são inspirados por algumas das mesmas forças anteriormente mencionadas. No caso da Europa, o ímpeto adicional foi proporcionado pelo aumento da migração africana nas últimas décadas e pelas ansiedades europeias, que se manifestaram tanto no desenvolvimento do multiculturalismo como política pública quanto na violência xenófoba. Na Europa, os desafios de definição ganham um relevo particularmente acentuado: falamos de diásporas “negras” ou “africanas”, “Europa Negra” ou “Afro-Europa”?

Algumas das investigações sobre a “Europa negra”, a “Grã-Bretanha negra”, a “França negra”, e assim por diante, são esclarecedoras; mas, grande parte delas, que parecem emprestar acriticamente o modelo atlântico, são claramente problemáticas. Esses trabalhos são frequentemente escritos por acadêmicos afro-americanos, por especialistas em estudos afro-americanos ou por acadêmicos afro-europeus que descobriram sua negritude [*blackness*] epistêmica e existencial nos campi americanos e permaneceram nos Estados Unidos; um exemplo do último caso é Pap Ndiaye (2008), o historiador afro-francês cuja célebre *La Condition Noire* foi inspirada em seus estudos sobre a história afro-americana.¹³

“Quem são esses europeus negros?”, pergunta Philomena Essed (2009: xii) na apresentação de *Black Europe and the African Diaspora*, coletânea organizada por Hine et al., responde: “Não estou certa”. Os organizadores e os autores são menos evasivos: para muitos deles, a Europa negra inclui descendentes de africanos subsaarianos, na verdade, de preferência diáspóricos¹⁴ de gerações subsequentes provenientes da Afro-América. Em alguns dos textos, os africanos continentais acabam sendo não apenas marginalizados como se fossem imigrantes recentes que ainda não estão qualificados para o *status* diaspórico, mas também são segregados pelas areias melamínicas do Saara. Simplificando, a Europa negra inclui os africanos subsaarianos e exclui os norte-africanos. Nesse sentido, a “Europa negra” é uma parte incompleta da Afro-Europa. Em toda a Europa há tantas pessoas da chamada África subsaariana quanto do Norte da África, e, desse modo, o tamanho da diáspora africana depende se os dois grupos são contados ou não. Não é à toa que as estimativas variam de 8 a 22 milhões!

Na verdade, tal é a maleabilidade de “negritude” [*blackness*] que o termo significa coisas diferentes mesmo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a despeito de sua “relação especial” e herança linguística compartilhada. Até recentemente, na Grã-Bretanha, o termo *negro* referia-se tanto a pessoas de ascendência africana como de ascendência asiática – os outrora colonizados “povos de cor” [*people of color*] que eram vistos como o “outro” nacional, cidadãos inautênticos que nunca poderiam ser verdadeiramente britânicos, nunca poderiam ter a identidade que equivale à brancura [*whiteness*]. Essa condição multirracial de “negritude”, no entanto, desmoronou em face de desestabilizações do multiculturalismo, de novas ondas de migração da África e da Ásia e

13 Muitas dessas obras celebram a presença afro-americana na Europa (Raphael-Hernandez, 2003), a presença da África subsaariana (Winders, 2006), ou os encontros entre os dois grupos (Jules-Rosette, 2000; Thomas, 2006).

14 N.T.: O termo *diasporan* foi traduzido como diaspórico.

de mudanças em interpretações, imbricações e políticas de raça, etnia, classe e sexualidade na Grã-Bretanha pós-imperial.

Se fôssemos periodizar a presença africana na Europa no interior da memória histórica – para usar a definição de comunidades da diáspora africana formulada pela União Africana (2004), segundo a qual essas comunidades teriam sido formadas no interior da “memória histórica”, uma formulação um tanto vaga, mas que evita o retorno à época pré-histórica ou mesmo às grandes migrações para fora da África para povoar o planeta –, então quatro grandes períodos podem ser distinguidos: o que eu chamaria de período antigo (antes do século XV), que pode ser ainda subdividido; o da escravidão na Europa (do século XVI a meados do século XIX); a Europa colonial (meados do século XIX a meados do século XX) e a Europa pós-colonial (desde a descolonização).

É claro que há variações na periodização, no tamanho e na formação das diásporas africanas em diferentes partes da Europa. Por exemplo, no Sul da Europa, pode-se voltar à época romana; na Europa central e oriental, até o período medieval (incluindo a era das Cruzadas e da expansão otomana, quando dezenas de milhares de soldados da África foram mobilizados nos exércitos turcos); e, na Europa ocidental, às conquistas africanas da Península Ibérica. Muitos dos descendentes dessas diásporas foram assimilados à sociedade europeia, embora apenas aqueles que se destacaram, como os descendentes de Abraham Hannibal (incluindo o famoso escritor russo Alexander Pushkin), sejam lembrados; outros sobrevivem em artefatos arqueológicos, representações iconográficas e, mais recentemente, em restos de DNA.

Desse modo, diferentemente da Afro-América, a grande maioria das diásporas africanas da Europa hoje cada vez mais descende de ou é membro das “novas” diásporas. Nas Américas, as diásporas afro-atlânticas históricas são predominantes e continuarão a ser no futuro próximo. Isso certamente é verdade no caso da Afro-América Latina, na qual a extensão da migração pós-colonial africana é muito inferior em comparação com a situação na Afro-América do Norte. Assim, a composição das diásporas “sobrepostas” da Europa é bastante diferente da das Américas. Essa diferença afeta os padrões de integração e formação de identidade das novas diásporas, cuja composição de classe também tende a variar devido ao custo social da realocação. Isso tem ficado evidente em estudos comparativos, como no estudo recente de John Arthur (2008) sobre a diáspora ganense nos Estados Unidos e na Europa.

Por exemplo, na França, que hospeda a maior diáspora africana na Europa, há pelo menos quatro grupos de diásporas: comunidades antigas de ascendência africana, negros das Antilhas, africanos da África ocidental e central e

africanos do Norte da África. Essas comunidades têm relações complexas entre si e com o Estado francês e a sociedade em geral, na qual os cismas e as solidariedades de raça, religião, região de origem – sem falar em nacionalidade, classe e gênero – desempenham papéis significativos e mutáveis. Muitos africanos e africanas ocidentais, por exemplo, identificam-se racialmente com os antilhanos, religiosamente com os norte-africanos, e sub-regionalmente com os centro-africanos.

Seria possível argumentar que as histórias das diásporas africanas na Ásia talvez sejam as mais complicadas de todas. É claro que esse argumento pode simplesmente refletir minha própria ignorância na condição de um estudioso educado e criado nas tradições anglófonas e afro-atlânticas. As dificuldades de se estudar essas diásporas, eu diria, refletem em parte o domínio do próprio modelo Atlântico e das agendas eurocêntricas de pesquisa. Há suposições ocidentais generalizadas sobre as interações entre as várias regiões e povos do mundo serem um produto da era moderna dominada pela Europa dos últimos cinco séculos. Também frequentemente se acredita que os movimentos africanos extracontinentais estavam confinados às Américas, como é simbolizado pelo navio negreiro. A realidade, claro, era muito mais complexa. Como qualquer pessoa que tenha estudado seriamente as histórias do Oceano Índico sabe, as interações entre a África e a Ásia são muito anteriores ao estabelecimento da hegemonia global europeia nos séculos XVI e XVII. Além disso, os movimentos africanos envolveram migrações livres e forçadas.

Outro problema resulta das construções ocidentais racializadas de África e africanos, Ásia e asiáticos, e Arábia e árabes. Como me foi salientado quando visitei o Golfo, os árabes variam de sírios de aparência branca a iemenitas de pele morena e sudaneses de pele escura. As implicações epistemológicas das fixações em “raça” nos constructos coloniais das identidades presumidamente imutáveis dos povos dos dois continentes são hoje bastante conhecidas graças aos trabalhos de Edward Said, sobre o orientalismo, e de Valentine Y. Mudimbe sobre a invenção da África, e de seus numerosos seguidores. Não é fácil, mas temos de desenvolver a imaginação histórica para compreender que as construções de identidades raciais nas Américas, ou, mais especificamente, nos Estados Unidos, não têm aplicabilidade ou significado universais.

As interações afro-asiáticas posteriores aos tempos pré-históricos podem ser divididas em cinco períodos: o que eu chamaria de interações antigas entre o Egito faraônico e a Ásia ocidental e as antigas conexões etíopes com a Península Arábica, ambas envolvendo conquistas e contra-conquistas; as interações da era clássica sob os Impérios Grego e Romano; as interações da era islâmica;

as da era europeia dos séculos XV e XVI; e as interações contemporâneas desde a descolonização. Essa periodização ressalta um ponto elementar: que os principais movimentos demográficos globais e formações de diáspora foram historicamente vinculados ao estabelecimento e expansão, a rupturas e realinhamentos de impérios.

As dimensões espaciais dessas interações envolveram o corredor Mediterrâneo-Mar Vermelho, que liga o norte da África à Ásia ocidental, o corredor Mar Vermelho-Oceano Índico, que liga o nordeste da África com o oeste e o sul da Ásia, e o corredor do Oceano Índico, que liga a África oriental com as ilhas do Oceano Índico e a Ásia. Hoje, é claro, outras conexões são facilitadas e reforçadas pelo onipresente transporte moderno, pelas tecnologias de comunicação e informação e pelos crescentes vínculos econômicos entre África e Ásia. O primeiro corredor levanta questões interessantes. Um dos meus anfitriões em Omã insistiu que, exceto pela “rachadura” do Mar Vermelho, África e Arábia são um único continente. Isso ecoa a instigante noção de “Afrábia”, de Ali Mazrui (2008): de que África e Arábia constituem um espaço contíguo, na verdade, sobreposto. Mazrui identifica quatro fatores para defender a convergência da Afrábia: fatores culturais, geográficos, ideológicos e genealógicos.

Se levarmos em consideração as dimensões espaciais e temporais anteriormente mencionadas, os padrões de dispersão eram extremamente variados e complexos. Grande parte da literatura concentra-se em três padrões de migração da África subsaariana ao longo dos últimos dois mil anos: para a Ásia ocidental – região da Arábia ao Irã – do primeiro milênio; para o Sul e o Leste Asiático a partir do segundo milênio; e para as ilhas do Oceano Índico a partir do século XV. Essas migrações ocorreram nos últimos três períodos também mencionados anteriormente (o islâmico, o europeu e o contemporâneo). As dispersões foram caracterizadas por movimentos livres – em que mercadores, proselitistas, artistas, marinheiros e soldados africanos se mudaram para e se estabeleceram no que hoje chamamos de Ásia –, bem como por movimentos não livres sob o comércio de escravizados árabes e europeus.

A literatura emergente é categórica sobre o tema das modalidades duais e, na verdade, das múltiplas modalidades das mobilidades africanas nos mundos do Oceano Índico antes do século XX. Muitos estudiosos frisam que nunca houve uma grande demanda por mão de obra africana na densamente povoada Ásia ou nas áridas terras desérticas do Golfo. Ainda assim, em muitos desses textos, essas declarações infalíveis parecem ter pouco impacto nas análises efetivas, que parecem retomar narrativas da escravidão [*narratives of slavery*] e identidades diaspóricas já familiares nas narrativas afro-atlânticas. Esse é o

caso em muitas das contribuições em *The African Diaspora in the Indian Ocean* (Jayasuriya e Oankhurst, 2003), na volumosa *African Diaspora in Asia: Explorations of a Less Known Fact* (Prasad e Angenot, 2008), na mais delgada *Uncovering the History of Africans in Asia* (Jayasuriya e Angenot, 2008), e no recente *African Identity in Asia: Cultural Effects of Forced Migration* (2009), de Shinan de Silva Jayasuriya. Isso pode ser um reflexo dos tentáculos ubíquos do modelo afro-atlântico, da natureza das fontes, da mera dificuldade de se reconstruir histórias de migração entre essas regiões ou do simples fato de que as dispersões africanas livres para a Ásia não se restabeleceram como diásporas. Só mais pesquisas dirão.

No entanto, em comparação com as Américas, é manifesto que os movimentos africanos para a Ásia têm uma história muito mais longa, que os padrões de dispersão foram mais variados e que os processos de diáspora foram muito mais complexos. Como observado anteriormente, entendida como um processo, a diáspora tem início com a dispersão de uma terra natal [*homeland*] e o desenvolvimento de uma consciência de diáspora. Este último envolve o desenvolvimento de memórias coletivas sobre a terra natal, tradições de retorno ou compromissos e redes transnacionais. Nesse processo, são cruciais as formas como os dispersos são tratados no que diz respeito às condições socioeconômicas prevalentes, aos regimes de racialização vigentes nas terras anfitriãs, bem como à natureza das interações que eles e elas são capazes de manter com a terra natal direta e indiretamente, de modo real e imaginário, substantiva ou simbolicamente.

Tem-se discutido como a consciência diaspórica entre os africanos dispersos na Ásia era mais fraca do que no mundo Atlântico devido a seu tamanho relativamente pequeno e da duração lenta e prolongada de suas migrações, o que facilitou a assimilação às populações hospedeiras. Em outras palavras, suas dispersões careciam da concentração temporal e geográfica das Américas. Além disso, a variedade de nomes pelos quais a África e os africanos são conhecidos na Ásia prejudicou o desenvolvimento de identidades coletivas como “africanos” ou “negros”. Eles eram frequentemente conhecidos por suas regiões específicas de origem na África, e não como africanos – Sudão, Habasha, Zandj, Nuba, Baburu, Takruni, Abid, Mawalid, Kaffir, Habshi, Sidi, e assim por diante (Jayasuriya, 2006).

Não menos importantes são as complexidades de cor e raça nas sociedades asiáticas em que há muitos asiáticos e asiáticas de pele tão escura quanto muitos africanos e africanas subsaarianos e outros de pele tão clara quanto muitos norte-africanos e norte-africanas. A cor, nesse caso, a “negritude” [*blackness*],

portanto, nem sempre é um indicador confiável de “africanidade” [*African-ness*]. Também tem havido um debate considerável sobre o papel desempenhado pelos mecanismos integradores e pelas ideologias do Islã em diferentes partes da Ásia. Escritores que vão de John Hunwich e Eve Powell, em *The African Diaspora in the Mediterranean Lands of Islam* (2002), a Ali Mazrui em *The Africans: The Triple Heritage* (1986), alegam que mesmo para os escravizados e escravizadas, o Islã teria proporcionado melhores perspectivas de assimilação social em comparação com o segregado cristianismo das sociedades escravistas das Américas. Ademais, nas culturas islâmicas, haveria uma aparente ausência de violência sistemática, segregação legal e discriminação racial e étnica do padrão Atlântico, além de uma escassez de lideranças para desenvolver e articular a consciência e os interesses diaspóricos.

Seja qual for o caso, o modelo Atlântico não é de grande ajuda para decifrar todas as dimensões e complexidades das diásporas africanas na Ásia. A Ásia é, obviamente, um continente enorme. Assim, é importante distinguir os diferentes locais das diásporas africanas sobre os quais fontes históricas estão disponíveis e um corpo significativo de conhecimento está crescendo. As ilhas do Oceano Índico apresentam um problema especial de definição na medida em que fazem parte da África, e suas populações africanas, de uma perspectiva continental, poderiam ser consideradas parte das diásporas intra-africanas. As ilhas também são o lar de asiáticos e europeus, de modo que, nos últimos séculos, despontaram como o mais representativo ponto de encontro para africanos, asiáticos e europeus. De certo modo, elas lembram o Caribe em relação à dinâmica de crioulização.

Para a Ásia propriamente dita, há três zonas principais. Primeiro, os africanos e africanas na Península Arábica, onde os movimentos populacionais de ambos os lados se deram ao longo de séculos, desde os diversos impérios do Mar Vermelho, incluindo os da Etiópia, passando pela ascensão do Islã, até o comércio árabe de escravizados e escravizadas. A presença africana nesta região é inconfundível, e a diáspora africana teve um impacto marcante nas culturas, economias e regimes políticos da região. As migrações contemporâneas foram alimentadas pelo crescimento astronômico da economia do petróleo. Em 2005, a Arábia Saudita teria a segunda maior população africana do mundo, depois da França, estimada em 1,5 milhão.

Há também uma longa história de assentamentos africanos nas regiões do Golfo Pérsico, ao sul do Iraque e do Irã. Os africanos e africanas tinham ocupações e origens geográficas e sociais variadas. No Sul do Iraque, por exemplo, a presença africana, que remonta à Antiguidade, concentrou-se em Basra a partir

do século VII, quando um soldado etíope, Abu Bakra, se instalou na cidade. Há vários estudiosos com ascendência africana que são bastante conhecidos e cujas obras sobreviveram até hoje, como Abu 'Uthman 'Amr Ibn Bahr al-Kinani al-Fuqaimi al-Basri, conhecido pela posteridade como al-Jahiz (ca. 776-869), autor do livro *The Glory of Blacks over Whites*, que foi traduzido na década de 1980. O Sul do Iraque é mais conhecido pela Revolta dos Zanj (868-883), que desferiu um golpe severo na escravidão e contribuiu para uma crise no Califado Abássida. Mais recentemente, relatou-se que, desde a vitória de Barack Obama, os iraquianos negros e negras, que são estimados em 2 milhões, têm retratado Obama como um “modelo que vale a pena imitar” (Dougherty, 2009).

Finalmente, temos o Sul da Ásia, principalmente Paquistão, Índia e Sri Lanka. Na Índia, que visitei neste verão, há ampla evidência da presença de africanos e africanas no país desde pelo menos o século XIII. Eles vieram como mercadores, marinheiros, soldados e escravizados. Também conhecidos como Habshi (da Abissínia) e Siddi (o significado pode variar – de acordo com uma definição, o termo é derivado de *Sayyid*, que significa “mestre” em árabe), eles desempenharam diversos papéis importantes na vida política, militar e social dos diferentes impérios e reinos do país, do Sultanato de Delhi à Índia Mughal.

A presença dos afro-indianos foi bastante visível em diferentes partes do país, do Norte (Alapur e Jaunpur), ao Nordeste (Bengala), ao Sul (Decão), à costa oeste (Janjira, Goa e Calicut), até o Noroeste (de Cambay a Gujarat), e o interior (Hyderabad). Na verdade, no Decão, no final do século XV e no início do século XVI, os afro-indianos tornaram-se uma força política poderosa por seu próprio mérito e estabeleceram vários sultanatos, incluindo Bijapur, Golconda e Ahmadnagar. Dois dos reinos africanos na Índia – Janjira, estabelecido em 1618 por Sidi Ambar Sainak, um emissário do lendário líder militar Habshi Malik Ambar; e Sachin, fundado por Sidi Mohammad Abdu'l Karim Khan em 1791 – sobreviveram até a independência do país em 1947, quando então ingressaram no novo Estado. Para citar o título de dois livros, a posição dos africanos e africanas na Índia variou da escravidão à realeza, como no título de Chauhan (*From Slavery to Royalty*, 1995), e as elites africanas na Índia, para emprestar o título de Robbins e McLeod (*African Elites in India*, 2006), existem há muito tempo, embora fossem inimagináveis nas Américas até recentemente. Na verdade, quando conheci Chauhan no Museu Nacional de Nova Delhi, lugar em que ele é diretor de exposições e relações públicas, ele me cumprimentou com a pitoresca declaração: “Há muitos Obamas na Índia”. Após uma pausa, ele explicou: “Houve muitos governantes africanos na Índia”.

Considerações finais

Em termos globais, então, há pelo menos três conjuntos de diásporas africanas: as diásporas oceânicas transindianas, as diásporas trans-mediterrânicas e as diásporas transatlânticas. Cada uma dessas diásporas tem suas próprias histórias e compartilha similaridades, diferenças e paralelos que são extremamente difíceis de se analisar. Muitos dos nossos paradigmas analíticos e preocupações teóricas, pelo menos no mundo afro-atlântico, tendem a ser derivados das experiências das diásporas transatlânticas, historicamente, as mais recentes das diásporas globais africanas.

Precisamos desenvolver uma compreensão melhor e mais comparativa das histórias da Afro-Ásia, da Afro-Europa e da Afro-América. Nunca é demais insistir que há diferenças sub-regionais entre essas coletividades da diáspora; que as histórias da Afro-América Latina e da Afro-América do Norte, por exemplo, não são meras réplicas uma da outra. Quase como uma coisa natural, essas análises comparativas ajudarão a descentrar a hegemonia do modelo atlântico nos estudos da diáspora e algumas de suas propensões analíticas improdutivas.

Uma questão chave na história das diásporas africanas centra-se na natureza e na dinâmica de seus compromissos, ligações, conexões, diálogos – escolha sua metáfora analítica preferida – com a África. Para algumas diásporas, eles foram intensos e, para outras, foram fracos ou mesmo inexistentes. Compromissos e diálogos estão sujeitos, claro, às mediações inconstantes de momentos históricos específicos. As diásporas e a África têm servido como significantes uma para a outra, estando suscetíveis à manipulação estratégica e sujeitas às construções mutáveis de suas respectivas identidades, posicionalidades sociais e economias políticas. Os compromissos e os diálogos abarcam as movimentações, tráfico e fluxos de pessoas, as práticas culturais, os recursos produtivos, as organizações e movimentos sociais, as ideologias e ideias, as imagens e representações, incluindo o próprio significante “África”.

Em geral, as novas diásporas desfrutam de ligações mais fortes com a África do que as mais antigas. E, entre as mais antigas, há diferenças de magnitude entre as diásporas das Américas, da Europa e da Ásia, diferenças mediadas pelos recursos de que cada uma dispõe, pelas conexões entre seus respectivos países e a África e pelos fluxos de novas migrações africanas. Cada comunidade da diáspora tem seus próprios comprometimentos com e imaginações sobre a África. Uma parte crucial da construção de ligações diaspóricas é a produção de conhecimento. Como intelectuais, frequentemente estamos tão envolvidos em transcrever as identidades da diáspora quanto em inscrevê-las, na verdade, até

mesmo em criá-las. É por isso que, para uma história global mais pluralista e produtiva das diásporas africanas, a qual seja adequada ao pan-africanismo e internacionalismo do século XXI, precisamos conceituar e construir diásporas mais complexas. Ademais, isso também pode ser historicamente mais acurado.

Ao refletir sobre a tarefa que me propus há cinco anos, não tinha me dado conta de como seria atemorizante. Tem sido muito mais difícil, mas, ao mesmo tempo, infinitamente mais estimulante do que eu poderia imaginar. O volume de literatura sobre o assunto, a amplitude e intensidade dos debates, o foco analítico que se expande em tempo, espaço e concepção – da geografia ao gênero, aos discursos e compromissos da diáspora, da diásporização textual à diásporização digital –, têm sido surpreendentes, uma fonte de imensa agitação e inestimável prazer intelectual. Quanto mais aprendo, mais perguntas tenho, e menos certeza tenho das respostas que costumava ter. Recordo-me de minha conversa com Tade Aina, em 2002. Este projeto o manterá ocupado pelo resto de sua vida acadêmica, disse ele com aquela gargalhada cativante e gaiata. Ele estava certo, e por isso sou grato, pois acredito que as duradouras questões sobre o lugar da África no mundo, e do mundo na África, sobre as intersecções de histórias africanas e mundiais, permanecerão, mesmo depois que alguns dos modismos atuais dos estudos da diáspora já tenham passado.

Referências

- AFRICAN UNION. *African Union Technical Workshop on the Relationship with the Diaspora*. June 2-5, Port of Spain, Trinidad and Tobago, 2004. Disponível em: <www.democracyafrica.org>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- ALEXANDER, Claire. Beyond Black: Re-thinking the Colour/Culture Divide. *Ethnic and Racial Studies*, v. 25, n. 4, 2002, pp. 552-71.
- ANDREWS, George. *Afro-Latin America 1800-2000*. New York, Oxford University Press, 2004.
- ARTHUR, John A. *The African Diaspora in the United States and Europe: The Ghanaian Experience*. Burlington, Ashgate, 2008.
- CHAUHAN, R. R. S. *Africans in India: From Slavery to Royalty*. New Delhi, Asian Publication Services, 1995.
- CHRISTIAN, Mark. *Black Identity in the Twentieth Century: Expressions of the U.S. and U.K. African Diaspora*. London, Habsib, 2002.
- DAVIES, Carole Boyce. *The Encyclopedia of the African Diaspora: Origins, Experiences, and Culture*, Santa Barbara, California, ABC-CLIO, v. 3, 2008.
- D'ALISERA, JoAnn. *An Imagined Geography: Sierra Leonean Muslims in America*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2004.

- DOUGHERTY, Jill. Black Iraqis Make Obama a Model to Follow. *CNN*, 19 jan. 2009. Disponível em: <www.cnn.com>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- ESSED, Philomena. Foreword; In: Hine, Keaton and Small (editor). *Black Europe and the African Diaspora - New Black Studies Series* (Paperback). Illinois: University of Illinois Press, 2009.
- FALOLA, Toyin e MATT, D. Childs eds. *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington, Indiana University Press, 2004.
- GARAFALO, Leo. Forthcoming. The Shape of a Diaspora: The Movement of AfroIberians to Colonial Spanish America. In: *Africans to Spanish America: New Directions*. Edited by Ben Vinson and Sherwin Bryant. Urbana, University of Illinois Press, 2012.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Harvard University Press, 1993.
- GORDON, Lewis. *Bad Faith and Antiblack Racism*. Amherst, NY: Humanity/Prometheus Books, 1999. Originally Published in Atlantic Highlands, NJ, by Humanities International Press, 1995. Book Award, African American Studies and Research Center at Purdue University (1995).
- . *Bad Faith and Antiblack Racism*. Amherst, Humanity Books, 1999.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *The Philosophy of History*. New York, Dover Publications, 1956.
- HEYWOOD, Linda M. e John Thornton. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of America*. New York, Cambridge University Press, 2007.
- HINE, Darlene Clark; KEATON, Danielle Trica e SMALL, Stephen. *Black Europe and the African Diaspora*. Urbana, University of Illinois Press, 2009.
- HUNWICK, John e Eve Powell. *The African Diaspora in the Mediterranean Lands of Islam*. Princeton, Markus Wiener, 2002.
- JAYASURIYA, Shihan de Silva. Identifying Africans in Asia: What's in a Name? *African and Asian Studies*, v. 5, n. 3-4, 2006, pp. 275-303.
- . *African Identity in Asia: Cultural Effects of Forced Migration*. Princeton, Markus Wiener, 2009.
- JAYASURIYA, Shihan de Silva e PANKHURST, Richard. *The African Diaspora in the Indian Ocean*. Trenton, Africa World Press, 2003.
- JAYASURIYA, Shihan de Silva e ANGENOT, Jean-Pierre. *Uncovering the History of Africans in Asia*. Leiden, Brill, 2008.
- JULES-ROSETTE, Bennetta. *Black Paris: The African Writers' Landscape*. Urbana, University of Illinois Press, 2000.
- KEITA, Meghan. Africans and Asians: Historiography and the Long-View of Global Interactions. *Journal of World History*, v. 16, n. 1, pp. 01-30, 2005.

- KONADU-AGYEMANG, Kwado; TAKYI, Baffour K. e ARTHUR, John A. *The New African Diaspora in North America: Trends, Community Building, and Adaptation*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2006.
- MAJID, Anouar. *Unveiling Traditions: Postcolonial Islam in a Polycentric World*. Durham, Duke University Press, 2000.
- MANNING, Patrick. *The African Diaspora: A History Through Culture*. New York, Columbia University Press, 2009.
- MARTONE, Eric. *Blacks in European History and Culture*. Westport, Greenwood Press, v. 2, 2009.
- MAZRUI, Ali A. 1986. *The Africans: A Triple Heritage*. New York, Little Brown. 2008. *Euro-Jews and Afro-Arabs: The Great Semitic Divergence in World History*. Edited by Seifudein Adem. Lanham, University Press of America.
- MOLINA, Lucia Dominga e Mario Luis Lopez. Afro-Argentiniens 'Forgotten' and 'Disappeared' - Yet Still Present. In: WALKER, Sheila S. (Org.). *African Roots/American Cultures: Africa in the Creation of the Americas*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2001, pp. 332-47.
- MUDIMBE, Valentin Y. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington, Indiana University Press, 1988.
- . *The Idea of Africa*. Bloomington, Indiana University Press, 1994.
- NDIAYE, Pap. *La Condition noire*. Paris, Calmann-Levy, 2008.
- OGBAA, Kalu. *The Nigerian Americans*. Santa Barbara, Greenwood Press, 2003.
- OKPEWHO, Isidore e NZEGWU, Nkiru. *The New African Diaspora*. Bloomington, Indiana University Press, 2009.
- OWUSU, Kwesi. *Black British Culture and Society*. London, Routledge, 2000.
- PRASAD, Kiran Kamal e ANGENOT, Jean-Pierre. *The African Diaspora in Asia: Explorations on a Less Known Fact*. Bangalore, Janajagrati Prakashama, 2008.
- PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York, The New Press, 2007.
- RAPHAEL-HERNANDEZ, Heike. *Blackening Europe: The African American Presence*. New York, Routledge, 2003.
- RAPHAEL-HERNANDEZ, Heike e STEEN, Shannon. *AfroAsian Encounters*. New York, New York University Press, 2006.
- RATTANSI, Ali. On Being and Not Being Brown/Black-British: Racism, Class, Sexuality and Ethnicity in Post-imperial Britain. *Interventions*, London, v. 2, n. 1, 2000, pp. 118-34.
- ROBBINS, Kenneth X. e MCLEOD, John. *African Elites in India: Habshi Amarat*, Usmanpura, Mapin, 2006.
- THOMAS, Dominic. *Black France: Colonialism, Immigration, and Transnationalism*. BLOOMINGTON, Indiana University Press, 2006.

- TOASIJE, Atumi. The Africanity of Spain: Identity and Problematization. *Journal of Black Studies*, v. 39, n. 3, 2009, pp. 348-55.
- WALKER, Sheila S. *African Roots/American Cultures: Africa in the Creation of the Americas*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2001.
- WINDERS, James A. *Paris Africain: Rhythms of the African Diaspora*. New York, Palgrave Macmillan, 2006.
- YELVINGTON, Kevin A. *Afro-Atlantic Dialogues: Anthropology in the Diaspora*. Santa Fe, School of American Research Press, 2006.
- ZELEZA, Paul Tiyambe. Rewriting the African Diaspora: Beyond the Black Atlantic. *African Affairs*, v. 104, n. 1, 2005, pp. 35-68.
- . The Changing Meanings of 'African' Culture and Identity. In ABIRI, Elisabeth e THORN, Hakan (Orgs.) *Horizons: Perspectives on a Global Africa*, Goteborg, National Museum of World Cultures e Goteborg University, 2006, pp. 31-72.
- . Contemporary African Global Migrations: Patterns, Perils, and Possibilities. *Journal of Global Initiatives*, v. 3, n. 1, 2008, pp. 33-56.
- . Diaspora Dialogues: Engagements between Africa and Its Diasporas. In: OKPEWHO, Isidore e NZEGWU (orgs.) *The New African Diaspora*. Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp. 31-58.
- . *The Study of Africa. Volume 1: Disciplinary and Interdisciplinary Encounters*. Dakar, Codesria Book Series, 2007a.
- . *The Study of Africa. Volume 2: Global and Transnational Engagements*. Dakar, Codesria Book Series, 2007b.

Recebido em: 02/12/2020

Aprovado em: 21/12/2020

Como citar este artigo:

ZELEZA, Paul Tiyambe. Diásporas Africanas: Para uma História Global. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 903-925.